



## SECÇÃO DE ACÇÃO SECTORIAL DA REFER

Comunicado N.º 06/2011

### Encontro Nacional na Figueira da Foz

No dia 19 de Novembro, decorreu na Assembleia Figueirense o 2º Encontro Nacional, da Secção de Acção Sectorial da REFER (Rede Ferroviária Nacional), do Partido Socialista.

O encontro, decorreu durante toda a tarde, sendo o tema a análise do PET, Plano Estratégico de Transportes, e a sua implicação na Região Centro.

Participaram cerca de 50 pessoas, na sua maioria quadros da REFER e das empresas de transporte ferroviário. O debate contou ainda com a presença dos Presidentes de Câmara da Figueira da Foz e Mealhada, dos deputados do PS da Assembleia da República Fernando de Jesus (Federação Distrital do Porto), Mário Ruivo (Presidente da Federação de Coimbra), e Marcos Perestrello (Presidente da Federação Urbana de Lisboa).

Participaram ainda, Manuel Cardoso, Coordenador da Comissão de Trabalhadores (CT) da REFER, Hilário Teixeira, Vogal da Comissão de Fiscalização e Secretário Coordenador da Secção da REFER, e José Rente, ex-Director da Unidade Operacional do Centro e também do Secretariado desta Secção.

O debate decorreu de forma participativa e animada, sendo de realçar as seguintes intervenções:

O Coordenador da CT destacou na sua intervenção, entre outras preocupações dos trabalhadores já transmitidas ao Conselho de Administração, os anunciados encerramentos à exploração de várias linhas ou troços, diminuindo consideravelmente o número de postos de trabalho, dando a possibilidade ao despedimento colectivo por extinção de postos de trabalho, e à retirada de direitos históricos que levaram anos a conquistar pelos trabalhadores (subsídio de férias e de Natal, corte nas deduções fiscais, na saúde e educação), as alterações já anunciadas nos passes sociais para estudantes e reformados, bem como os procedimentos unilaterais da REFER para a alteração da política de concessões de viagem dos trabalhadores transitados da CP e seus familiares e também dos não transitados.

Hilário Teixeira, depois de referir a preocupante situação económico-financeira das empresas de transportes públicos, designadamente da REFER, defendeu que estas deverão ser objecto de medidas urgentes que as viabilizem, mas não de medidas que as liquidem.

Explicando a origem da elevada dívida da REFER, defendeu que a dívida acumulada pela REFER, cerca de 6500 M€, deverá ser assumida pelo Estado. As reduzidas participações do Estado, ao longo dos anos, levou a REFER a contrair empréstimos sucessivos à banca, originando que o investimento de longa duração não suportado pelo Estado e o pagamento de juros seja responsável por cerca de 90% do crescimento da dívida da REFER, pelo que se impõe a resolução do problema do saneamento financeiro da empresa, através da amortização ou



## SECÇÃO DE ACÇÃO SECTORIAL DA REFER

Comunicado N.º 06/2011

assunção da dívida pelo Estado, designadamente da dívida afecta à actividade de investimento em infraestruturas de longa duração - ILDs.

João Ataíde, Presidente da Camara Municipal da Figueira da Foz, realçou a importância da existência de uma ligação ferroviária, ligando o porto marítimo da Figueira aos portos de Leixões e Aveiro, como forma de revitalizar o porto da Figueira e retirar tráfego rodoviário pesado das estradas, com as vantagens ambientais daí resultantes.

Recorde-se que na actual situação, um navio de estilha de madeira que descarregue a estilha no porto de Leixões, para alimentar as fábricas da Celbi e Soporcel, dá origem a cerca de 100 camiões a circular nas estradas, com evidentes custos financeiros e ambientais. A reactivação do Ramal da Figueira à Pampilhosa, torna-se necessária, como forma de fecho da ligação entre o porto da Figueira aos portos de Aveiro e Leixões.

Carlos Cabral, Presidente da Camara da Mealhada, deu conta do seu desencanto pelo centralismo de Lisboa, reflectido no PET, que em resumo propõe o encerramento de todas as linhas regionais, ignorando o papel importante que o Caminho de Ferro tem no ordenamento do território e na fixação das populações no interior. Anunciou que a plataforma intermodal projectada para a Pampilhosa, está pronta a ser lançada, aguardando oportunidade de financiamento.

O deputado Fernando Jesus, numa análise ao Plano Estratégico de Transportes, evidenciou a lógica da sua elaboração assente numa óptica puramente financeira, advogando que o transporte colectivo e social, não pode ser reduzido a tal lógica, antes se deve incentivar a utilização do transporte colectivo, em detrimento do transporte individual.

O deputado Mário Ruivo e presidente da Distrital de Coimbra, lembrou a necessidade de a região Centro se unir em torno dos projectos regionais, lembrando o caso do Metro Mondego, em que os sucessivos governos, não souberam encontrar consensos, com evidentes prejuízos para as populações locais.

Numa análise mais detalhada sobre as questões regionais, José Rente defendeu a viabilidade financeira do ramal de Cantanhede, como forma de conferir maior movimento ao porto da Figueira da Foz, mas também à zona industrial de Cantanhede.

Sobre o encerramento de parte da linha do Oeste a passageiros, afirmou que o actual constrangimento que constitui o transbordo em B de Lares, é responsável por cerca de 30 minutos no trajecto da Figueira a Lisboa.

Para resolver tal problema, o investimento necessário é mínimo, devendo ser instalada nova sinalização no triângulo Amieira-Verride - B de Lares e motorizadas as agulhas. Com tal investimento mínimo, melhorará substancialmente o tempo de percurso de Lisboa à Figueira, tornando o comboio uma verdadeira alternativa ao transporte individual.



## SECÇÃO DE ACÇÃO SECTORIAL DA REFER

Comunicado N.º 06/2011

Espera-se que os governantes percebam a necessidade de manter a linha do Oeste, como fecho da malha alternativa à linha do Norte, pois em caso de rução da linha do Norte, este traçado alternativo deve ser melhorado, sendo estratégico.

Em relação ao já concretizado encerramento das oficinas da Emef na Figueira da Foz, estas continuariam a justificar-se, caso se reabrisse o Ramal da Figueira e se mantivesse a operação da linha do Oeste.

O Presidente da FAUL, Marcos Perestrello, entende que a dívida histórica das empresas do sector ferroviário deve ser assumida pela tutela, já que a grande dependência das Administrações ao poder político, foi historicamente a grande responsável pela actual situação de dívida acumulada, pois muitas vezes era a tutela que definia os investimentos a realizar, impondo tais directivas às administrações.

Sugeriu, como forma de subsidiar os transportes colectivos de cariz social, que a utilização de transporte individual subsidiasse numa percentagem o transporte colectivo, lembrando que, já no próximo ano, o impacto devido à utilização do transporte individual e a emissão de CO2 será fortemente penalizada ao nível comunitário.

Em resumo, ficou evidente que a elaboração do Plano Estratégico de Transportes tem graves lacunas na sua concepção, devendo ser objecto de discussão pública alargada, e ignora a força que o Caminho de Ferro tem no ordenamento do território, e o papel importante que o comboio tem em muitas regiões do país, como um símbolo relevante para a afirmação dos direitos de cidadania das populações servidas, daí a percepção da sua função social ir muito além da visão meramente economicista dos problemas, não podendo as questões ser reduzidas à mera relação financeira do deve e do haver.

2011-11-23